|  |  |
| --- | --- |
| **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT**  **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2019** | |
| **PROCESSO Nº:** | **04/2019** |

**O** **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT**, de acordo com seu Regulamento de Licitações e Contratos em vigor, Ato nº 03/2012, publicado no DOU de 16/04/2012, torna público que, na data, hora e local indicados fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, para execução indireta dos serviços, mediante **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, cujo tipo é o de **MENOR PREÇO**, reunindo-se a Comissão de Licitações, instituída peloATO PRE – CRNII/SEST/SENAT/N.º 000/2018, para recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta, consoante as condições estatuídas neste instrumento licitatório, no termo de referência 002/2019 e em seus anexos, constantes do processo n.º **04/2019**, bem como o Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT.

|  |  |
| --- | --- |
| **RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES** | |
| **Local de Realização** | Na sede do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT, situado no endereço Rodovia Duca Serra, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN). |
| **Data** | 25/02/2019 (segunda feira) |
| **Início da Sessão Pública** | 10:00h |

O Edital completo poderá ser obtido no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, na sede do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT, situado no endereço Rodovia Duca Serra, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN).

**1 - DO OBJETO**

* 1. Selecionar e contratar empresa especializada em SERVIÇO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO de obra para construção de sala de treinamento do Módulo do Simulador na Unidade do SEST SENAT de Macapá/AP com o fornecimento de todos os serviços, ferramentas, materiais e equipamentos necessários à completa execução deste objeto, conforme especificado neste edital, no termo de referência 02/2019 e em seus anexos, mediante o regime empreitada, tipo menor preço global.
  2. Os serviços terão os objetos abrangidos conforme especificado nos anexos do presente edital, sagrando-se vencedor (es) o (s) licitante (s) que ofertar (em) o menor preço global, desde que preencha todas as demais condições do Edital, termo de referência 02/2019 e anexos.
  3. O Serviço Técnico de Fiscalização englobará a concorrência 041/2018, oriunda do processo nº 00239/18, oriundo do Departamento Executivo Nacional do SEST SENAT.

1. **DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO**

2.1. Os licitantes declaram conhecer e ter plena ciência quanto as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, e não se restringindo, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometer a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

2.2. Adicionalmente, declaram que tem conhecimento e estão em conformidade com o Código de Ética e Conduta do SEST SENAT, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente.

2.3. Desde já, se obrigam, no pleno exercício dos direitos e obrigações previstos neste edital e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições, a:

2.3.1. Não dar, oferecer ou prometer, qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, ou ainda, quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

2.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

2.4. Os licitantes declaram, sob sua conta e risco, que não praticaram ou incorreram em quaisquer crimes ou atos lesivos contra a Administração Pública que possam caracterizar atos de corrupção sob a égide da Lei Anticorrupção, Código Penal e/ou correlatas, e não se limitando a estas, assim definidas em conjunto como “Leis Anticorrupção”.

2.5. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas neste item é causa expressa para o impedimento de participar da presente licitação.

1. **CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas ou sociedades estabelecidas no Brasil, individualmente, que estejam credenciadas para execução de obras e serviços equivalentes ao objeto do presente Edital, devidamente reconhecidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, desde que de acordo com o artigo 12 do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST SENAT, e em condições de atender todas as exigências constantes deste Edital, termo de referência 02/2019 e seus Anexos.

* 1. Não poderão participar da presente licitação, empresas ou profissionais:

3.2.1. Que se encontrem sob processo de falência, recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no país e aquelas que estejam temporariamente suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o SEST SENAT;

3.2.2. Que praticaram atos de corrupção ou estejam sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos de corrupção, quer sob a égide da Lei Anticorrupção, Código Penal e/ou correlatas, e não se limitando a estas, assim definidas em conjunto como “Leis Anticorrupção”, nos termos do Anexo X;

3.2.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

3.2.4. Colaborador ou dirigente desta Instituição ou responsável pela licitação;

3.2.5. Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

3.2.6. Que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de quaisquer dos membros ou colaboradores do SEST SENAT;

3.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível ao objeto desta Concorrência;

3.2.8. Empresa proibida de contratar com o Poder Público e com o SEST SENAT ou com suas coligadas, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

* + 1. Cooperativa de mão de obra, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012.
    2. Consórcio de empresas, qualquer que seja a forma de constituição;
  1. A participação da licitante na presente licitação implica os seguintes compromissos:

3.3.1. Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação;

3.3.2. Estar ciente de que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá vir explicitado na proposta;

3.3.3. Estar ciente de que o prazo de execução e entrega da obra será: concorrência 041/2018 realizada em quatro etapas (um mês para cada etapa) a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pelo SEST SENAT.

3.3.4. Estar ciente de que, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos contados da data de recebimento definitivo da obra, a licitante, se vier a ser contratada e executar os serviços, responderá pela solidez e segurança do objeto desta licitação.

3.3.5. Concordância com o projeto executivo, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para os acréscimos de que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nos termos do art. 30, do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST.

**4. PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL E AUTORIZAÇÃO E FONTE ORÇAMENTÁRIA**

* 1. O preço máximo global aceitável (com BDI) é de **R$ 17.748,58 (dezessete mil setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).**
  2. A realização desta licitação encontra-se autorizada através de despacho constante no Processo SENAT nº 04/2019.
  3. A despesa decorrente da presente licitação correrá a conta da rubrica própria do orçamento do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT para o exercício de 2019.

1. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS**

5.1. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a autoridade competente, ou quem esta delegar, julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis.

5.3. A impugnação deverá ser realizada por petição escrita protocolada no endereço na sede do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT, situado no endereço Rodovia Duca Serra, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN), junto com à Comissão de Licitação. Serão aceitos pedido de impugnação por e-mail, os quais a Comissão se reserva o direito de examinar, levando-as ou não em consideração.

5.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Instituição, o licitante que não o fizer no prazo, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.5. A Comissão de Licitação, auxiliada pelo setor técnico competente, deverá julgar e responder à impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

5.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.7. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital devem ser enviados até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, à Comissão de Licitação, no endereço da sede do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT, situado no endereço Rodovia Duca Serra, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN) ou por e-mail para os seguintes endereços: [thiagogama@sestsenat.org.br](mailto:thiagogama@sestsenat.org.br) ou licitação.b066@sestsenat.org.br.

**6. VISTORIA**

6.1. É facultado às licitantes realizarem vistoria no local onde serão executados os serviços, não cabendo qualquer alegação posterior por desconhecimento das condições locais e do terreno.

6.1.1. A não realização da visita não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

6.2. Independente da opção pela realização ou não da vistoria, a licitante deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros (Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições do Local - Anexo III).

6.2.1. A vistoria será acompanhada por empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado pelo e-mail para os seguintes endereços: thiagogama@sestsenat.org.br ou licitação.b066@sestsenat.org.br.

**7. CREDENCIAMENTO**

7.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

* + 1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
    2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; e inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.2. A comprovação da legitimidade para representação far-se-á através da apresentação dos documentos descritos nos itens 7.1.1 e 7.1.2, **em original ou cópia autenticada**, dentro do prazo de validade e na abrangência do seu objeto, acompanhados de cédula de identidade ou outro documento de identificação de fé pública do representante.

7.3. A falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos relativos à representatividade não implicará a inabilitação da licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar enquanto não saneado o vício.

7.4. As credenciais citadas nos itens 7.1.1 e 7.1.2 deverão ser apresentadas diretamente à Comissão de Licitação quando do início do certame licitatório.

7.5. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

**8. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

8.1. A sessão será iniciada às **10h**, ocasião em que a Comissão receberá os envelopes de documentação e das propostas de preços na forma estabelecida, encerrando o recebimento às **10h10min**.

8.2. Será permitido o encaminhamento dos envelopes por via postal, desde que respeitado o recebimento no local, a data e a hora estabelecidos neste Edital.

8.3. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em **envelopes fechados e lacrados,** **rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante** e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

|  |
| --- |
| **ENVELOPE Nº 1**  **PROPOSTA**  *SEST*  CONCORRÊNCIA Nº 02/201.  FISCALIZAÇÃO  (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)  (CNPJ) |

|  |
| --- |
| **ENVELOPE Nº 2**  **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  *SENAT*  CONCORRÊNCIA Nº 02/2019.  FISCALIZAÇÃO  (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)  (CNPJ) |

8.4. A inversão dos documentos no **interior dos envelopes**, ou seja, a colocação da proposta comercial no envelope dos documentos de habilitação e vice-versa, acarretará exclusão sumária da licitante do certame.

8.5. Após o recebimento dos envelopes, será feito o credenciamento dos representantes legais das empresas, como descrito no item 7 – CREDENCIAMENTO.

8.6. Os envelopes das propostas de preços e de documentação, recebidos na forma estabelecida neste item, serão abertos pela Comissão de Licitação que procederá, primeiramente, a abertura do envelope nº 01 – PROPOSTA, examinando e rubricando as folhas.

8.7. No que concerne às propostas, poderão as licitantes presentes manifestar-se, mediante registro em Ata de observações e/ou apontamentos, as quais a Comissão se reserva o direito de examinar, levando-as ou não em consideração.

8.8. Depois disso, a Comissão estabelecerá a data da sessão pública, que poderá ser no mesmo dia, quando informará sobre a classificação preliminar das licitantes.

8.9. Havendo a renúncia expressa de todas as licitantes quanto ao prazo recursal, ou decorrido este prazo sem interposição de recursos, a Comissão poderá proceder à abertura do envelope nº 02 – Documentos de Habilitação do licitante classificado com menor preço global, examinando e rubricando as folhas.

8.10. Depois de examinados pela Comissão, os documentos serão franqueados aos representantes qualificados das licitantes, que poderão examiná-los e fazer observações e/ou apontamentos, devendo rubricá-los.

8.11. Tais observações e/ou apontamentos serão devidamente registradas em Ata, reservando-se, no entanto, à Comissão, o direito de levá-las ou não em consideração.

8.12. Em hipótese alguma será admitida qualquer alteração e/ou inclusão no conteúdo dos documentos de habilitação ou da proposta de preços, ressalvada apenas a alteração destinada a sanar evidente erro material e/ou formal, após avaliação pela Comissão.

8.13. As decisões referentes à habilitação e ao exame das propostas de preço, bem como as relativas aos eventuais recursos interpostos constarão de atas e serão comunicadas diretamente às licitantes, caso estejam todas presentes no ato, ou por publicação, numa das formas previstas no § 1º do artigo 5º do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST SENAT, por e-mail ou ainda por outro meio formal.

8.14. Os envelopes de documentação, que, por qualquer motivo, não sejam abertos pela Comissão, ficarão em poder dela, pelo prazo de 10 (dez) dias, contados da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inutilização.

8.15. Em nenhuma hipótese poderão ser recebidos documentos de habilitação e propostas fora dos prazos estabelecidos neste edital.

8.16. Concluídos os trabalhos e decididos os recursos administrativos ocasionalmente interpostos, os autos serão encaminhados para a autoridade competente para a adjudicação e homologação.

**9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. São documentos exigidos para a habilitação:

**9.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

* + - 1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
      2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
      3. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
      5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

* + - 1. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
      2. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

**9.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:**

1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
2. Certidão negativa de débito junto à Fazenda Estadual, referente ao domicílio ou sede da licitante;

c) Certidão negativa de débito junto à Fazenda Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante;

d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.3. **Documentos relativos à qualificação técnica:**

9.1.3.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, no qual conste a prestação de serviço e/ou a realização de fornecimento da mesma natureza ou similar ao objeto aqui licitado.

9.1.3.2. O atestado deve ser datado e assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta do contratante e do prestador do serviço, tais como:

1. Nome, CNPJ e endereço do emitente da certidão;
2. Nome, CNPJ e endereço da empresa que prestou o serviço ao emitente;
3. Identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente).

9.1.3.3. Será exigido da licitante que possua em seu corpo técnico Engenheiro Civil ou Arquiteto, o qual será o responsável pela fiscalização da obra, Arquiteto para a supervisão da compatibilização de projetos *e As Built*.

9.1.3.4. **Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU** da jurisdição da licitante, na qual conste objetivo social compatível com a execução do objeto a que se refere o presente Edital.

9.1.3.5. A empresa deverá disponibilizar profissionais com experiência compatível com o nível Pleno (ex. Engenheiro Pleno), com experiência comprovada em acompanhamento, e/ou supervisão, e/ou execução, e/ou fiscalização, execução ou projetos de obras similares ao objeto desta licitação, comprovados da seguinte forma:

1. Prova de que a empresa licitante possui em seu quadro permanente ou contrato de prestação de serviço, na data de entrega dos envelopes, profissional(ais) de nível superior, legalmente habilitado detentor(es) de 01 (um) ou mais ATESTADO(s) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, fornecidos por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, 01 (uma) ou mais CAT(s), expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) responsabilidade técnica pela Fiscalização de obras de prédios similares e compatíveis com o objeto desta licitação, no que respeita às parcelas de maior relevância abaixo indicadas:
2. Fiscalização da construção de uma edificação predial com área construída de no mínimo 70m², com características construtivas equivalentes e compatíveis à edificação a ser construída pelo SENAT, sendo que a metragem mínima, deverá constar em apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitido somatórios de unidades de medidas oriundas de atestados diversos para efeito de comprovação de qualificação técnica.

9.1.3.6. **Prova de que a empresa licitante possui em seu quadro permanente ou contrato de prestação de serviço, na data de entrega dos envelopes**, profissional(ais) de nível superior, legalmente habilitado detentor(es) de 01 (um) ou mais **ATESTADO(s) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**, fornecidos por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) das respectivas certidões de **ACERVO TÉCNICO – CAT, 01 (uma) ou mais CAT(s),** expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) responsabilidade técnica pela Fiscalização de obras de prédios similares e compatíveis com o objeto desta licitação.

9.1.3.7. Não serão aceitas Certidões de Acervo Técnico (CAT) de Fiscalização de obra, de edificação predial de tipologia ou características distintas como: galpões, estacionamentos, pontes, passarelas, represas, rodovias, quadras, pavimentação, praças e parques, por possuírem um grau de complexidade e um programa, muito distinto das edificações a serem construídas pelo SEST SENAT.

9.1.3.8. Não será aceito atestado de serviços ainda não concluídos, executados parcialmente ou em andamento. Esta exigência se refere ao serviço, podendo o contrato respectivo ainda estar em fase de execução.

9.1.3.9. Os atestados apresentados deverão mencionar os elementos caracterizadores, tais como local, natureza, características técnicas, prazo de fiscalização, dimensões e/ou áreas das obras.

9.1.3.10. A exigência do tempo mínimo de experiência dos profissionais – Engenheiro e Arquiteto Pleno, parte do princípio da garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade técnica de cumprir com as obrigações contratuais referentes ao objeto deste contrato, bem como dos valores do Custo destes Profissionais da Tabela SINAPI, utilizados como referência para elaboração da Planilha Orçamentária de Estimativa de preços.

9.1.3.11. A responsabilidade técnica profissional poderá ser comprovada, por meio de certidões em nome de um ou mais profissionais.

9.1.3.12. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante ou estarem vinculados a empresa por meio de contrato de prestação de serviços, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.1.3.13. O (s) profissional (is) detentores dos atestados apresentados no item 9.1.3.5, deverá (ão) participar como responsável (is) técnico (s) na execução do objeto desta licitação, admitindo-se a sua substituição mediante prévia solicitação pela contratada e aprovação formal da contratante.

9.1.3.14. Somente será possível a substituição de integrantes da equipe técnica por outros que, na forma deste edital, tenham o seu currículo analisado e aprovado pela CONTRATANTE.

9.1.3.15. Os atestados apresentados deverão contemplar prova de seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, por meio de carimbo aposto pela entidade profissional no próprio corpo do documento ou outra forma de certificação.

9.1.3.16. Nos Atestados de Capacidade Técnica e nas Certidões de Acervo Técnico – CATs, apresentadas para atender às exigências de habilitação (item 9.1.3.5), solicita-se que sejam destacadas com marca texto na cor amarela, as informações de interesse para esta licitação.

9.1.3.17. A Comissão Permanente de Licitação (CPL) se reserva o direito de promover diligências através de contatos com o cliente, para certificar-se da exatidão das informações constantes dos atestados e/ou certificados apresentados pelas licitantes.

9.1.3.18. Qualquer informação inexata ou inverídica apurada pela CPL, constante dos documentos de capacitação técnica, implicará na inabilitação da respectiva licitante.

9.1.3.19. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

9.1.3.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

9.1.3.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com a Administração, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.2.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3.2.3. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

**9.1.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão máxima nos últimos 90 (noventa) dias, desde que em validade;
2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, incluindo o termo de abertura e encerramento, devidamente registrado no órgão competente, salvo nos casos de Microempreendedor Individual – MEI, comprovado por meio da apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, o qual é dispensado do registro, conforme § 2º, do art. 12, da Instrução Normativa DREI nº 11, de 05/12/2013, e, consequentemente, do termo de abertura e encerramento, devendo apresentar somente o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

b.1) Será considerado o balanço de abertura de empresas constituídas antes de 01 (um) ano, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente.

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa, atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado, obtidos pelas seguintes fórmulas:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) maior ou igual a 1,0

- Índice de Solvência Geral (SG) maior ou igual a 1,0

- Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1,0

ILC = AC/PC

SG = AT/(PC + ELP)

ILG = (AC + RLP)/PC + ELP

Onde:

AC  = Ativo Circulante;

PC  = Passivo Circulante;

AT  = Ativo Total;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

RLP = Realizável a Longo Prazo.

d) Comprovação de patrimônio líquido não inferior a R$ 1401,52 (Um mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;

**9.1.5. Demais documentos exigidos para habilitação:**

a) Declaração, observadas as sanções legais cabíveis, de Superveniência de Fatos Impeditivos da Habilitação, a qual será exigida apenas em caso positivo (Anexo IV);

b) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Anexo V);

c) Declaração de Regularidade (Anexo VII);

d) Declaração de que recebeu os arquivos de todos os documentos necessários ao conhecimento e cumprimento do objeto deste Edital (Modelo de declaração de recebimento do material - Anexo IX);

e) Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições do Local (Anexo III);

f) Declaração do licitante de que conhece e está em conformidade com as normas anticorrupção (Anexo X);

g) Questionário de *Compliance*. (Anexo XI)

9.1.5.1. Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, a Comissão poderá efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

9.1.6. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados neste capítulo, nem cópias ilegíveis, mesmo autenticadas.

9.1.7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou acompanhadas dos originais para conferência pela Comissão.

9.1.7.1. A autenticação de documentos pela Comissão de Licitação ocorrerá até 1 (um) dia útil antes da Sessão de Recebimento de Envelopes, não podendo advir a abertura dos envelopes para posterior autenticação.

9.1.8. Os prazos de validade das certidões comprobatórias de regularidade fiscal e dos demais documentos serão aqueles neles consignados. Nos casos omissos, será considerado como prazo de validade das certidões o de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

9.2. Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas de inabilitação.

**10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado, devidamente identificado, redigida em Língua Portuguesa, impressa ou datilografada e apresentada em papel timbrado da empresa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar, de preferência, numeradas.

10.2. Cada licitante deverá apresentar apenas uma proposta, sendo vedada a qualquer pretexto a participação na proposta de outra licitante.

10.3. Todas as folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo, ainda, constar na proposta a identificação individual ou social, endereço e CNPJ da empresa.

10.4. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração de elaboração independente de proposta (Modelo -Anexo VIII).

10.5. A proposta deverá conter:

10.5.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Executivo e demais documentos técnicos anexos;

10.5.2. Preço global dos serviços, expresso em algarismos e por extenso em moeda corrente nacional;

10.5.3. Se houver divergência entre os preços expressos em algarismos e por extenso, estes prevalecerão.

10.5.4. Planilha sintética de preços dos serviços a serem realizados, conforme modelo constante no Termo de referência (Anexo I);

10.5.4.1. Os quantitativos indicados na planilha da Instituição, inclusive os zerados, **não devem ser alterados** na planilha apresentada pelos licitantes.

10.5.5. A apresentação da Planilha analítica não é obrigatória na proposta de preços. Contudo, o licitante vencedor antes da assinatura do contrato deverá apresentar a composição dos custos unitários (planilha analítica) dos serviços constantes da planilha de preços conforme modelo constante do Anexo B do Termo de Referência 02/2019 (Anexo I). Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

10.5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.5.7. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

10.5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.5.9. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual.

10.5.10. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

10.5.11. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

10.5.12. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

10.5.13. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pelo SEST SENAT reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

10.5.14. Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013.

10.5.15. Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pelo SEST SENAT no Projeto Executivo, ajustado à proposta apresentada.

10.5.16. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

* 1. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e subtotais, ou entre estes e o total, prevalecerão os primeiros. Se a divergência for entre os preços do Orçamento Detalhado e do Cronograma Físico-financeiro, serão considerados os primeiros.
  2. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação. Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço, inclusive vantagens com base na proposta do concorrente.
  3. Uma vez abertos os envelopes das propostas, não serão admitidos pedidos de retificação de preços, vantagens e outras condições oferecidas.
  4. Serão desconsiderados documentos ou propostas recebidas mediante telegrama, fac-símile ou e-mail.
  5. Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes **poderão** ser utilizados custos unitários diferentes daqueles fixados pelo SENAT, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro fique igual ou abaixo do valor da Instituição.
  6. O cronograma físico-financeiro conterá a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.
  7. As alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para os complementos ou acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 30, do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST SENAT.
  8. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo SENAT, mantendo-se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pelo SENAT e o valor global contratado, mantidos os limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 30, do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST SENAT.
     1. Na situação prevista no item 10.13, uma vez formalizada a alteração contratual, não se aplicam, para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço do edital.
  9. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo SENAT, poderão os custos das etapas do cronograma físico-financeiro exceder o limite fixado nos itens 10.12 e 10.13.
  10. Os licitantes não estão obrigados a adotar os mesmos percentuais constantes do anexo I do Edital, nem foi fixado limite máximo para o BDI. Para fins de julgamento das propostas, o BDI será considerado durante a análise dos preços unitários e global, conforme disposto nos itens 4 e 11 do Edital.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

* 1. No julgamento das propostas será considerada vencedora a de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda às especificações constantes deste Edital.

11.2. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.3. Abertas as propostas de preços, serão desclassificadas as propostas que:

* + 1. Apresentarem Preço Global acima do Preço Máximo Global orçado pelo SENAT (item 4.1 deste Edital).
    2. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
       1. Para os efeitos do disposto no subitem 11.3.2, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
          1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo SENAT; ou
          2. Valor orçado pelo SENAT.
       2. Dos licitantes classificados na forma do item anterior cujo valor global da proposta seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “11.3.2.1.1” e “11.3.2.1.2”, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no Art. 27 do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST SENAT, igual à diferença entre o valor resultante da alínea “11.3.2.1” e o valor da correspondente proposta;
       3. Constatando a inexequibilidade de uma ou mais propostas, conforme critérios estabelecidos na alínea “11.3.2.1.1” supra, a Comissão poderá fixar prazo de 02 (dois) dias úteis para que a licitante comprove a viabilidade de seus preços, podendo tal prazo ser prorrogado a pedido da licitante e a critério do SENAT.
    3. Não atenderem às demais exigências contidas neste edital.
  1. Caso a Comissão de Licitação verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de custos das etapas do cronograma físico-financeiro superiores ao limite fixado nos itens 10.12 e 10.13, a licitante deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, justificativa em relatório técnico circunstanciado.
     1. Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela Comissão de Licitação, a licitante deverá adequar sua proposta ao orçamento base elaborado pelo SENAT, sob pena de desclassificação da proposta.
  2. A Comissão de Licitação efetuará análise dos preços unitários cotados nas propostas das licitantes.
     1. Caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de itens com preços unitários (com BDI) superiores aos orçados pelo SENAT (Anexo I deste edital), a licitante deverá, a critério da Comissão, apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, relatório técnico circunstanciado justificando a composição e os preços dos serviços;
     2. Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela Comissão de Licitação, a licitante deverá adequar sua proposta ao orçamento base elaborado pelo SEST SENAT, sob pena de desclassificação da proposta.
  3. A Comissão, se julgar necessário, suspenderá a sessão e poderá solicitar parecer de analistas, peritos e técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SENAT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.
  4. No julgamento das propostas de preços não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.
  5. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelos licitantes, de outras propostas escoimadas das causas de desclassificação.
  6. Ocorrendo empate a Comissão de Licitação procederá ao sorteio, em sessão pública, para o qual serão convocados todos os licitantes.
  7. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada para o sorteio, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio realizar-se-á na presença de qualquer número de licitantes.
  8. O resultado do certame será divulgado em um jornal de grande circulação local**.**

1. **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. Após cada fase da licitação, os autos do procedimento ficarão automaticamente à disposição dos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.2. É admissível recurso em qualquer fase da licitação e dos atos dela decorrentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato, conforme disposto no art. 22 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT.

12.3. Interposto recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4. Os recursos referentes à habilitação, à inabilitação e ao julgamento das propostas de preço terão efeito suspensivo.

12.5. Findo o período de recurso, havendo ou não contrarrazões, a Comissão poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão, devidamente motivada.

12.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os recursos deverão ser encaminhados para Comissão de Licitação, instalada no endereço Rodovia Duca Serra, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN). Serão aceitos recursos interpostos via Correio, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação.

12.8. O recurso será dirigido à Diretoria, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13. DO CONTRATO**

13.1 A licitante vencedora firmará contrato com o SENAT, nos termos da minuta contratual, Anexo II, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de convocação pelo SENAT após a homologação da licitação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por interesse da contratante ou quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENAT.

13.3. É facultado ao SENAT, quando a convocada não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo ou revogar esta Licitação, independentemente da cominação prevista no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT.

13.3.1 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.

13.4 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido do SENAT, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4.1 O disposto no item 13.5 não se aplica às licitantes convocadas que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço, conforme art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT.

13.5 A licitante vencedora deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços subcontratados, atendendo às disposições e aos limites estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), sendo vedada a subcontratação total do objeto da licitação.

13.8 A licitante contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços subcontratados, atendendo às disposições e aos limites estabelecidos no contrato (Anexo II), sendo vedada a subcontratação total do objeto da licitação.

13.8.1. A licitante contratada não poderá subcontratar os serviços, salvo quanto a itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados ou autorizados pelo fabricante, após prévia autorização da Contratante.

13.9. As condições de pagamento encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta do contrato (Anexo II).

13.10. As condições de recebimento do objeto encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta do contrato (Anexos II).

1. **DO REAJUSTAMENTO**

14.1 O valor do contrato será corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

14.1.1. Os preços correspondentes às etapas remanescentes da obra serão reajustados anualmente, a contar da data de apresentação da proposta relativas à licitação.

14.2 O reajustamento obedecerá à fórmula abaixo:

Pr =Po x Ir , onde:

Io

Pr = Preço reajustado.

Po = Preço inicial.

Ir = Índice econômico correspondente ao mês de reajuste.

Io = Índice econômico correspondente ao mês da proposta.

14.3 O índice econômico a ser adotado na fórmula acima será a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses, ou outro que vier a substituí-lo.

14.4 O índice de reajustamento não será aplicado sobre as parcelas remanescentes que se encontrem em atraso, conforme o cronograma físico-financeiro apresentado, imputável à contratada.

1. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. O licitante contratado deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, nos termos do art. 27 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT, devendo a garantia ser renovada e/ou complementada nos casos legalmente previstos.

15.2. Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade **caução em dinheiro**, seu valor será depositado em poupança da Caixa Econômica Federal, a fim de manter a sua atualização financeira.

15.3. Quando o licitante contratado optar por prestar garantia na modalidade **seguro-garantia ou fiança bancária**, estas deverão conter expressamente cláusulas de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art.827 do Código Civil.

15.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados ao SENAT ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SENAT ao licitante contratado;

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pelo licitante contratado.

15.5. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 15.4 imediatamente anterior.

15.6. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

15.7. A garantia deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, sendo considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do SENAT, mediante termo circunstanciado, de que não há pendências por parte do licitante em relação ao contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o SENAT não comunique a ocorrência de sinistros.

15.8. O SENAT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pelo licitante contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pelo SENAT;

d) atos ilícitos dolosos praticados por empregados do SENAT.

15.8.1. Caberá ao SENAT apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do item 15.8, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo SENAT.

15.8.2. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item**.**

15.9. Se o valor da garantia vier a ser utilizado, o licitante contratado se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação do SENAT.

15.10. A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato.

15.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

15.12. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o SENAT a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, conforme dispõe o Art. 32 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAT.

1. **DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E RECURSOS CABÍVEIS**

16.1. Será penalizada a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.1.6. Não mantiver a proposta.

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

* + 1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
    2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual, caso haja a inexecução parcial do objeto ou de até 10% sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
    3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Instituição.
  1. A aplicação de multa não impede que a Instituição rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

16.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Instituição, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

16.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

* 1. Também fica sujeita às penalidades, a Contratada que:
     1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Instituição em virtude de atos ilícitos praticados.
  2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
  3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Instituição, observado o princípio da proporcionalidade.
  4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, cobrados judicialmente.
  5. Caso a Contratante determine ou a Contratada não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente para efetuar o pagamento da multa.
  6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
  7. O SEST poderá deixar de aplicar as sanções aqui previstas, se admitidas as justificativas apresentadas pela adjudicatária, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
  8. Para a aplicação de qualquer penalidade, será realizada comunicação escrita à adjudicatária, constando o fundamento legal da punição.
  9. Dos atos da adjudicatária decorrentes da aplicação do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
  10. As multas aplicadas serão recolhidas em depósito definido pelo SEST e, se não forem pagas até a data do seu vencimento, serão cobradas judicialmente.
  11. Assinado o contrato, prevalecerão as sanções nele estabelecidas, de acordo com o que dispõem os artigos 31 e 32, ambos do Regulamento de Licitações e Contratos do SEST.

1. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Instrumento do Contrato, Anexo II e Termo de Referência (Anexo I).

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital, Termo de Referência 02/2019 e seus anexos, na proposta apresentada e no Instrumento do Contrato – Anexo II.

1. **DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

19.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato – Anexo II.

19.2. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

19.2.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

* + 1. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
    2. Indenizações e multas.

**20. DO PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e dos materiais empregados.

20.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

20.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pela autoridade competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro entregue e aos materiais empregados.

20.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.6. Constatando a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.7. Não havendo regularização ou sendo considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada ampla defesa.

20.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação. Somente por motivo de economicidade, ou outro interesse das Instituição de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindindo o contrato em execução com a contratada inadimplente.

20.10. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

* 1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

**21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. A Comissão de Licitação, no interesse do SEST, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente certame.

21.4. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

21.5. As licitantes, durante a fase de julgamento, deverão estar aptas a atender, em 02 (dois) dias úteis, chamados da Comissão para prestar esclarecimentos sobre suas propostas e documentação.

21.6. Para quaisquer informações ou esclarecimentos, os interessados poderão dirigir-se, nos dias úteis, em horário comercial, à Comissão de Compras e Licitações do SENAT, localizado no endereço Rodovia Duca Serra, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN) ou por e-mail para os seguintes endereços: [thiagogama@sestsenat.org.br](mailto:thiagogama@sestsenat.org.br) ou [licitação.b066@sestsenat.org.br](mailto:licitação.b066@sestsenat.org.br).

21.7. Os casos não previstos neste edital serão decididos pela Comissão de Licitação do SEST.

21.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.09. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Instituição não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

21.11. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.13. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.14. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Instituição, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos.

21.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Instituição.

21.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.19. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base no Regulamento de Licitações e Contratos do SEST, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

21.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de **MACAPÁ/AP**, com exclusão de qualquer outro.

**22. DOS ANEXOS**

22.1. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do contrato do SENAT;

Anexo III – Modelo de declaração de conhecimento das condições do local;

Anexo IV – Modelo de declaração de superveniência de fatos impeditivos;

Anexo V – Modelo de declaração de menores no quadro de funcionários;

Anexo VI – Modelo de requerimento geral;

Anexo VII – Modelo de declaração de regularidade;

Anexo VIII – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;

Anexo IX – Modelo de declaração de recebimento do material;

Anexo X – Modelo de declaração de conhecimento e conformidade às normas Anticorrupção;

Anexo XI – Questionário de *Compliance;*

Macapá, 15 de janeiro de 2019.

**THIAGO FREITAS DA GAMA**

Presidente da Comissão de Licitações

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA 02/2019**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA E/OU REFORMA DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SEST SENAT**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO** de obras e/ou Reformas no Período de execução da obra de construção da sala de treinamento do Módulo do simulador na Unidade do SEST/SENAT MACAPÁ/AP – B66.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A contratação de empresa especializada para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO** se justifica devido à previsão de execução da obra, à falta de profissionais disponíveis com qualificação técnica exigida para fiscalização de obras de engenharia no quadro de contratados da unidade.

**3. DOCUMENTOS DISPONÍVEIS**

3.1Projeto de arquitetura e engenharia completo da obra a ser executada (plantas, caderno de especificações e encargos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro);

3.2 Edital de licitação da obra a ser executada, com todos os seus anexos;

3.3 Memoriais técnicos.

**4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços contratados são divididos da seguinte forma:

a) Fiscalização Técnica da obra – O Engenheiro/Arquiteto deverá ser disponibilizada pela Contratada nos locais de execução dos serviços por conta e risco da mesma, estando incluídas em seus preços todas as despesas inerentes aos serviços a serem executados, não cabendo à Contratante efetuar quaisquer outros ressarcimentos a título de indenização e/ou de despesas extras. As empresas deverão montar a Equipe de Fiscalização composta por:

• 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto pleno com carga horária de 2:00 (duas) horas por dia de fiscalização, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas por mês, que fará visita diária à obra.

**5. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Prazo de execução dos serviços será realizada em quatro etapas para a concorrência 41/2018 (um mês para cada etapa), contados a partir da emissão da ordem de serviço junto a empresa que irá executar a obra e/ou reforma, e igual ao período de execução da obra. A conclusão dos serviços ocorrerá após o recebimento definitivo da obra e conclusão de todos os pleitos contratuais pendentes.

* O Anexo A apresenta o cronograma físico-financeiro estimado para a contratação.

1. **VALOR TOTAL ESTIMADO E PROPOSTA**

6.1 O valor máximo estimado para a contratação (com BDI) é de **R$ 17.748,58 (dezessete mil setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme planilha a seguir:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID.** | **QUANT.** | **UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL (R$)** | **VALOR UNITÁRIO (EMPRESA)** | **VALOR TOTAL EMPRESA (R$)** |
| Fiscalização técnica da obra | | | | | | | |
| 01 | Engenheiro civil ou arquiteto pleno (2:00H por dia) | Mês | 4 | R$ 4.437,15 | R$ 17.748,58 | R$ XXX | R$XXX |
|  | | | | | | | |
| **Total (c/taxas)** | | | | | | | **R$ XXX** |

**R$ XXX – (VALOR POR EXTENSO)**

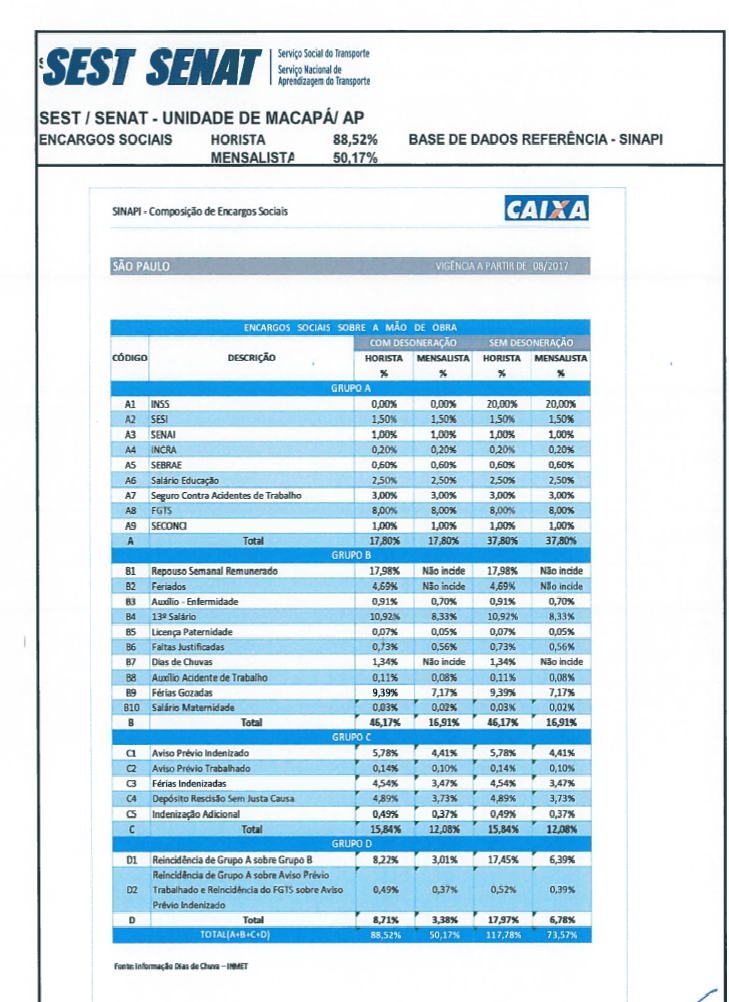
* 1. Os Anexos apresentam as planilhas orçamentárias sintética e analítica, composição de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) estimadas para a contratação.

1. **FORMA DE PAGAMENTO**
   1. O pagamento será por mês de execução dos serviços, sendo que:
      1. Os serviços técnicos e administrativos medidos e atestados mensalmente, conforme cronograma;
      2. A fiscalização técnica (engenheiro civil ou arquiteto) medida e atestada mensalmente, dividida em número de parcelas igual ao prazo de execução da obra;
      3. O pagamento da última parcela mensal será feito em duas etapas
         1. Primeira etapa: 50% no fechamento do mês onde todos os serviços técnicos e administrativo estejam atestados;
         2. Segunda etapa: o outro 50% após a conclusão do relatório final de vistoria de recebimento definitivo da obra e conclusão de todos os pleitos contratuais pendentes.
   2. Neste valor, devem estar incluídas, além do objeto licitado, todas as despesas inerentes a este, como encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais, bem como demais encargos pagos em decorrência da contratação.

* Ver cronograma físico-financeiro estimado no Anexo A.

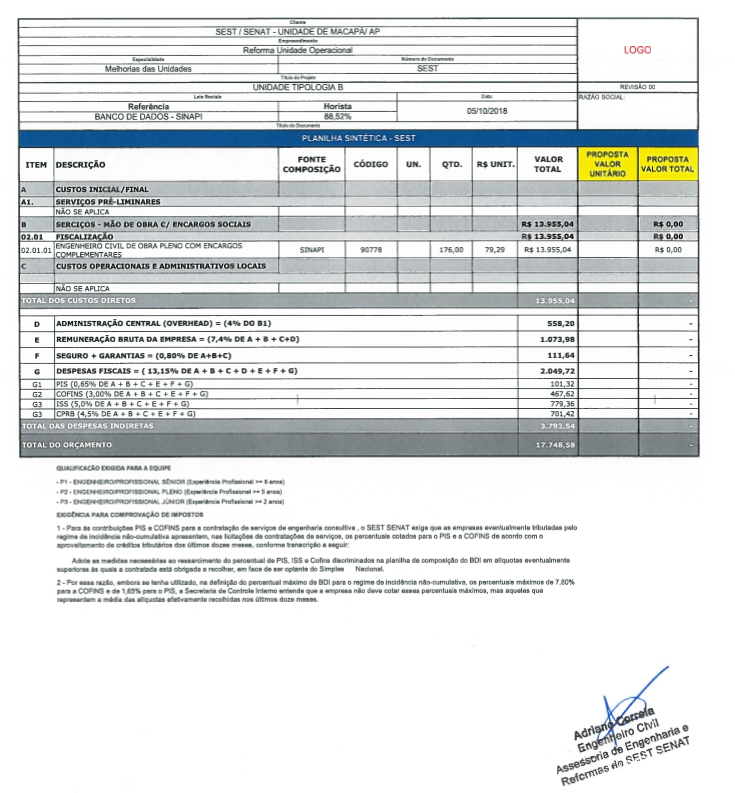
1. **REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
   1. **QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA**
      1. Será exigido da licitante que possua em seu corpo técnico Engenheiro Civil ou Arquiteto, o qual será o responsável pela fiscalização da obra.
      2. Para atendimento à qualificação técnica:
2. Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia –CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da jurisdição da licitante, na qual conste objetivo social compatível com a execução do objeto a que se refere o presente Edital;
3. Prova de inscrição ou registro do profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da jurisdição da sua sede, com validade na data de recebimento dos documentos da habilitação e classificação;
   1. **QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL**
      1. A empresa deverá disponibilizar profissionais com experiência em acompanhamento, e/ou supervisão, e/ou execução, e/ou fiscalização de obras similares ao objeto desta licitação, comprovando da seguinte forma:
4. Certidão de Acervo Técnico (CAT) de fiscalização, e/ou supervisão, e/ou execução, de obra simular a que será fiscalizada, emitida pelo CREA e/ou CAU, de profissional (ais) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido por entidade de competente, que represente (m) a empresa licitante, na data prevista para a entrega da proposta, detentor (es) de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), com relevância a:
5. Fiscalização, e/ou supervisão, e/ou execução, de obra ou reforma similar à que será fiscalizada mencionando área igual ou superior a 70 m².
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. O CONTRATADO será responsável pela fiscalização da execução das obras indicadas que serão construídas na Unidade do SEST SENAT, de acordo com as diretrizes que seguem:
      1. Apresentar à CONTRATANTE as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização dos serviços;
      2. Apontar em Relatório mensal as eventuais falhas, incoerências e/ou omissões das Especificações Técnicas, desenhos, memoriais e demais elementos do projeto executivo da obra, bem como sugerir as soluções pertinentes, submetendo-as à aprovação da CONTRATANTE;
      3. A Contratada deverá, sempre que necessário, comunicar-se formalmente com a CONTRATANTE;
      4. Mesmo as comunicações por telefone deverão, a critério da Contratante, ser ratificadas formalmente, posteriormente, pelo correio eletrônico;
      5. Realizar o acompanhamento diário da obra, fazendo cumprir todas as disposições e especificações constantes da Concorrência 041/2018 e anexos, fornecendo toda a assessoria técnica necessária à verificação da perfeita execução dos serviços à Comissão de Acompanhamento e Recebimento designada pela CONTRATANTE;
      6. A fiscalização deverá estar presente diariamente no canteiro de obras, conforme as atividades a serem desenvolvidas definidas neste Termo de Referência e comprovadas mediante assinatura em livro próprio;
      7. Apresentar à CONTRATANTE relatório técnico a cada medição da construtora, apresentado também mensalmente as informações gerenciais de acompanhamento e de controle da **ASSER**- **Assessoria de Engenharia e Reformas** contendo as seguintes informações:
         1. Medição assinada pela construtora e pelo fiscal da obra (colocar a data do dia da mediação e o período);
         2. Nota fiscal;
         3. Regularidade junto à Seguridade Social (CND);
         4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
         5. Fundo de garantia por tempo de serviço (CRF)
         6. Certidão da Fazenda Federal;
         7. Certidão Estadual;
         8. Certidão Municipal.
         9. Cópia da folha de pagamento destacando o pessoal local na obra;
         10. Cópia das guias de recolhimento do INSS e do FGTS;
         11. Cópia dos recibos de entrega de vales-transportes, dos vales-alimentação, dos uniformes e outros benefícios estipulados em convenção coletiva;
         12. Cópia do recibo de pagamento de férias, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;
         13. Atestado de conformidade do serviço executado (Relatório Gerencial e Encaminhamento de Medição);
      8. Preencher e atualizar o diário de obras, registrando observações de fiscalização e verificando todas as ocorrências, tais como quantidade de funcionários, maquinários, instalações, uso de EPI, andamento da obra, pretensões de mudança de algum componente ou parte do projeto contratado. Os diários devem conter fotos de todos os serviços que estão sendo executados no dia. O diário deve ser assinado pela construtora e fiscalizadora, estes deverão ser enviados para a Coordenação de Administração e Finanças (CAF) todos os dias, eventualmente poderá ser enviado no primeiro dia útil seguinte;
      9. Apresentar à CONTRATANTE parecer técnico conclusivo com as devidas justificativas, em caso de quaisquer ocorrências;
      10. Verificar, no final de cada mês, se os serviços executados pela Construtora estão de acordo com o Cronograma aprovado para fins de elaboração da medição mensal dos serviços, antes da emissão da fatura pela Construtora;
      11. Encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de dois dias, as medições da obra com as planilhas apresentadas pela Construtora, com seu devido atesto e confirmação de execução plena (garantindo assim que os serviços foram executados na íntegra e de acordo com o Contrato e demais especificações);
      12. Determinar interrupção da obra, sempre que necessário, em qualquer circunstância de risco ou necessidade inadiável, com a devida comunicação à CONTRATANTE;
      13. Solicitar à CONTRATANTE a substituição de qualquer profissional da CONTRATADA, desde que se verifique que sua conduta acarrete a inexecução das tarefas, embarace ou dificulte a ação da Fiscalização da obra, ou cuja presença no local dos serviços e obras seja prejudicial ao andamento dos trabalhos, bem como, tenha hábitos de conduta nocivos à boa administração dos serviços;
      14. Informar, de imediato e por escrito, toda e qualquer ocorrência que venha ou possa vir a comprometer o regular andamento da obra;
      15. Aprovar as amostras dos materiais a serem aplicados na obra, antes de sua utilização, solicitando, se necessário, testes, exames, ensaios e controle de qualidade do material aprovado, sem ônus para a CONTRATANTE;
      16. Solicitar à Construtora a substituição de materiais que sejam considerados inaplicáveis ou inadequados aos padrões da obra;
      17. Zelar para que a execução das obras e serviços siga estritamente os projetos e demais documentos citados, não permitindo que nada seja alterado sem a expressa anuência da CONTRATANTE;
      18. Esclarecer dúvidas da Construtora em relação às dimensões encontradas no local da obra, correlacionando-as com os projetos antes do início dos serviços, sendo que qualquer divergência será resolvida na obra, tomando as medidas necessárias e cabíveis;
      19. Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do Contrato;
      20. Exigir que todos os funcionários da Construtora utilizem os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com os serviços que estão sendo executados, sendo obrigatório seu uso no canteiro de obras;
      21. Exigir da Construtora a utilização de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), quando necessário;
      22. Esclarecer os casos omissos ou duvidosos relativos às especificações, plantas ou quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, aos serviços da obra;
      23. Conferir, analisar e atestar eventuais planilhas de aditivo ao Contrato da obra, pleiteadas pela Construtora, justificando com detalhes, memória de cálculo e planilha orçamentária os serviços aditados ou suprimidos, que deverão ser submetidos à CONTRATANTE para aprovação;
      24. Os serviços que gerem aditivos contratuais só poderão ser executados após a aprovação da CONTRATANTE;
      25. Registrar as modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Construtora e pela Fiscalização da obra;
      26. A CONTRATADA deverá exigir da Construtora relatórios diários de execução dos serviços e obras (Diário de Obra), com páginas numeradas em 3(três) vias, 2(duas) destas destacáveis, contendo o registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;
      27. Promover reuniões periódicas no canteiro de obras com a participação da Construtora, dos Representantes da CONTRATANTE, dos Autores dos Projetos, quando necessário, para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do Contrato;
      28. Documentar as reuniões em Atas, contendo no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas;
      29. Manter registro fotográfico das etapas da obra e apresentar Relatório Fotográfico mensal de todas as etapas da obra;
      30. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará à CONTRATANTE o fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação de seu valor.
      31. Realizar uma vistoria técnica final para recebimento provisório da obra apontando todas as anomalias e patologias encontradas nos serviços executados pela construtora. Deve-se elaborar um relatório de conclusão de obra contendo todas as anomalias/patologias encontradas e as recomendações necessárias para suas correções. Outrossim, a fiscalizadora deve receber e conferir toda a documentação que deverá ser entregue pela construtora contendo projetos as built, manuais e notas fiscais dos equipamentos instalados, certificados de garantia, projetos aprovados na prefeitura (quando necessário), projetos aprovados no corpo de bombeiro (quando necessário), projetos aprovados nas concessionárias (quando necessário) e ART e/ou RRT.
7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. Acompanhar a execução do Contrato, por meio do (s) Gestor (es) de Contrato designado (s) pela autoridade competente, nos termos do art.67 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
   2. Permitir acesso da Contratada às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto;
   3. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
   4. Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo MPF, não devem ser interrompidos;
   5. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Termo de Referência e à aplicação de sanções;
   6. Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso;
   7. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados com livre acesso aos locais de trabalho para obtenção dos esclarecimentos julgados necessários à execução destes;
   8. Fornecer os projetos da licitação da obra em arquivo eletrônico.
8. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
   1. Devido aos critérios definidos na forma de pagamento, o regime de execução é a Empreitada por Preço Global.

**ANEXO “A”**

**LEIS SOCIAIS**

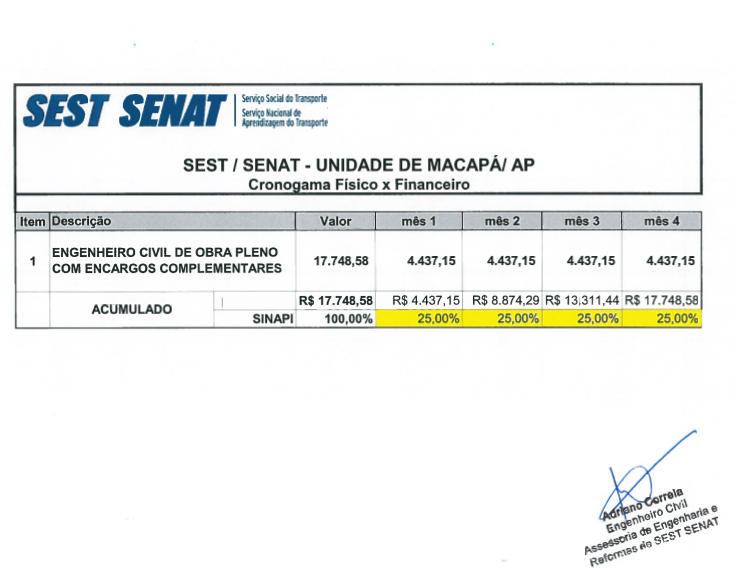
**ANEXO “B”**

**ORÇAMENTO SINTÉTICO – BDI**

****

**ANEXO “C”**

**CRONOGRAMA SENAT**

****

**ANEXO II**

**IS-DEX/SEST/SENAT/N. º 042/16**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT E, DE OUTRO, A EMPRESA (PROCESSO Nº 02/2019).**

**CONTRATANTE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT**, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 73.471.963/0121-53, localizada em Macapá - Amapá, situado no endereço Rodovia Duque de Caxias, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN), CEP: 68.906-700, neste ato representada pelo(a) seu(sua) Diretor(a)/Gerente, Sr.(a) **NOME**, nacionalidade, estado civil, portador da cédula de identidade nº XXX e inscrito no CPF nº XXX, doravante denominada **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA: EMPRESA**,pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ nº XXX, localizada em Cidade/Estado, no endereço, CEP XXX, neste ato representada por **NOME**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade nº XXX e inscrito no CPF nº XXX, doravante denominada **CONTRATADA.**

Considerando o constante no Processo Administrativo nº **02/2019**, as partes acima identificadas têm entre si, justo e acordado, o presente Contrato, nos termos do Manual de Procedimentos de Compras e Licitações das Unidades Operacionais e de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

* 1. Selecionar e contratar empresa especializada em SERVIÇO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO de obra para construção de sala de treinamento do Módulo do Simulador na Unidade do SEST SENAT de Macapá/AP, Unidade B66, situado em Macapá- Amapá, no endereço Rodovia Duque de Caxias, Km 03, bairro Cabralzinho, ponto de referência em frente ao Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN), CEP: 68.906-700, com fornecimento de todos os serviços, ferramentas e materiais necessários à completa execução deste objeto, e limpeza final da área conforme especificado neste edital e em seus anexos, mediante o regime empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES**

2.1 As especificações para a realização do objeto do presente Contrato estão descritas nos seguintes documentos:

2.1.1 Processo Administrativo nº 02/2019; e

* + 1. Proposta da CONTRATADA.
  1. Os documentos acima mencionados passam a fazer parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, prevalecendo sempre as condições e cláusulas estabelecidas neste instrumento quando de alguma forma conflitantes com o contido no anexo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência deste Contrato é de .........../......../........ a .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 12 (meses) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente.

3.1.2 A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço e justifique por escrito no processo de contratação a necessidade da prorrogação.

3.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE.

3.1.4 A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação e mantenha as mesmas condições de habilitação.

3.1.5 A CONTRATADA não tenha direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

4.1. O preço máximo estimado para a contratação (com BDI) é de **R$ 17.748,58 (dezessete mil setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).**

4.2. No valor mencionado no item anterior, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e (ou) impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do SENAT.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE.

6.2. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar ao SEST, junto com a nota fiscal, as certidões especificadas a seguir, todas em plena validade:

* + 1. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Contratado ou outra equivalente na forma da lei.
    2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
  1. A ausência de qualquer dos documentos acima mencionados ocasionará a suspensão do pagamento, não acarretando ao SEST ou SENAT (preencher conforme o caso) multa ou juros de mora.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO**

* 1. Deverão ser realizadas reuniões entre a CONTRATANTE e a CONTRADA, em local acordado entre as partes, momento em que deverão ser discutidas as questões referentes ao objeto contratado, apresentados os serviços até então realizados e tomadas as decisões quanto a eventuais pendências.
  2. Os serviços serão realizados em rigorosa observância às indicações constantes nos projetos e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências referidas no Termo de Referência 02/2019 e anexos do edital em epígrafe.
  3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, sendo exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE.

7.4 O representante da CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados e prepostos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1 A CONTRATANTE se obriga a:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano bem como os nomes dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.1.3 Notificar a CONTRATADA por escrito a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.1.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.

8.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pela CONTRATADA.

8.2 A CONTRATADA se obriga a:

8.2.1 Executar os serviços conforme especificações de sua proposta com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Contrato e em sua proposta.

8.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, os serviços efetuados em que for verificado vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos.

8.2.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.2.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, em relação aos seus empregados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

8.2.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

8.2.7 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

8.2.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.2.10 Cumprir todo o disposto neste Contrato e no Processo Administrativo nº. 0131/2018.

8.2.11 Fornecer todo o material necessário e adequado para os seus trabalhadores alocados na execução dos serviços.

8.2.12 Manter a CONTRATANTE informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal do contrato.

8.2.13 Supervisionar, controlar e fiscalizar a equipe de trabalhadores.

8.2.14 Substituir os trabalhadores considerados incompatíveis para trabalhar nas dependências da CONTRATANTE.

8.2.15 Emitir notas fiscais ou faturas identificando o serviço prestado e outros documentos de despesas em nome da CONTRATANTE, devidamente identificados com este instrumento.

8.2.16 Responsabilizar-se pela utilização de todos os recursos materiais necessários à execução do presente instrumento.

8.2.17 Prestar os serviços com integral observância das disposições deste contrato, de acordo com a melhor técnica disponível no mercado e em estrita conformidade com o disposto na legislação aplicável, respondendo diretamente por sua qualidade e adequação.

8.2.18 Prestar serviço com o pessoal próprio devidamente treinado e preparado, cabendo à CONTRATADA total e exclusiva responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se legal, administrativa e tecnicamente pelos serviços.

**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

9.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 fraudar a execução do contrato;

9.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5 cometer fraude fiscal;

9.1.6 não mantiver a proposta.

9.2 A CONTRATADA ao cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

9.2.2 multa moratória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial ou total do objeto.

9.2.3 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

9.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Instituição por até 2 (dois) anos.

9.3 Também ficam sujeitas às penalidades, a CONTRATADA que:

9.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Instituição em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

9.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

9.6 Eventualmente, se as sanções aplicadas forem multas pecuniárias, as mesmas poderão ser cobradas judicialmente, oportunidade em que serão acrescidas de custas processuais no porte de 20% (vinte por cento), a título de honorários advocatícios.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

* 1. A rescisão deste contrato poderá ocorrer a qualquer tempo, por parte da CONTRATANTE, bastando para tanto a comunicação formal, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
  2. Em caso de descumprimento, por qualquer uma das partes, de qualquer cláusula prevista neste contrato, ocorrerá a rescisão automática deste, bastando para tal uma comunicação formal, por escrito, em até 7 (sete) dias corridos da data da infração.
  3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
     1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
     2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
     3. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES**

11.1 É vedado à CONTRATADA:

11.1.1 Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.

11.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

11.1.3 Subcontratar ou ceder , no todo ou em parte os direitos, obrigações ou atividades decorrentes deste Contrato, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, sob pena de pagar uma multa de 5 (cinco) vezes o valor do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

* 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo Manual de Procedimentos de Compras e Licitações das Unidades Operacionais.

12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Manual de Procedimentos de Compras e Licitações das Unidades Operacionais e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO**

14.1As partes declaram ter plena ciência quanto às normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, mas não se limitando, a *Lei Anticorrupção* nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fiel e estritamente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros eventualmente contratados por elas.

14.2 Paralelamente, a CONTRATADA declara deter plena ciência quanto ao Código de Ética e Conduta do SEST SENAT, o qual anui em sua plenitude, cujas regras e orientações se obriga fielmente a cumprir.

14.3 Ambas as partes, desde já, se obrigam ao cumprimento de qualquer uma de suas disposições, aí incluído:

14.3.1 não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; e

14.3.2 adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

14.4 A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa expressa para a rescisão unilateral deste Instrumento, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o de Pelotas/RS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** em 2 (duas) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo-assinadas que a tudo assistiram, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos.

# MACAPÁ/AP, xx de xx de 2019.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**CONTRATADA**

**REPRESENTANTE**

**TESTEMUNHAS**:

**1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**NOME:**

**CPF: XXX**

**2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**NOME:**

**CPF: XXX**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL**

…................................................., inscrita no CNPJ nº …................., por intermédio de seu Responsável Técnico, engenheiro(a)/arquiteto(a), Sr(a) …......................................, portador da Carteira Profissional do CREA ou CAU nº ….........., DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizada com a natureza e vulto dos serviços técnicos especializados específicos, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto, inclusive no que pertine ao terreno destinado à reforma e implantação da obra e das instalações provisórias a serem realizadas. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

(Local e Data) …........................,......... de ….............................. de 2019.

(nome completo do responsável técnico)

Assinatura

**OBS.: Esta Declaração deverá constar do ENVELOPE Nº 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Declaramos, em atendimento ao previsto no item 9.1.5, “a”, da CONCORRÊNCIA nº **02/2019**, a superveniência do(s) fato(s) a seguir, o(s) qual(is) poderá(ão) constituir-se em impeditivo(s) da nossa habilitação na presente licitação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

etc.

(Local e Data), \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 201x.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo

(representante legal)

**OBS.: Esta Declaração deverá constar do ENVELOPE Nº 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO,**  (**DECLARAÇÃO EXIGIDA SOMENTE EM CASO POSITIVO**)**.**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO QUANTO A MENORES NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS**

................................., (nome da empresa) inscrito no CNPJ n°..................., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)...................................., portador(a) da Carteira de Identidade no............................ e do CPF no ........................., DECLARA, para fins do disposto da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

............................................................

(data)

...........................................................

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**OBS.: Esta Declaração deverá constar do ENVELOPE Nº 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**ANEXO VI**

**MODELO DE REQUERIMENTO GERAL**

Ao

SEST SENAT

Ref.: Concorrência n.º **xx**/201x

**Requerimento**

|  |
| --- |
| **NOME/EMPRESA:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| **CPF/CNPJ:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **Telefone/fax:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **E-mail:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |
| requer \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,. |

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo

(do representante legal)

**Observação:** Emitir em papel que identifique o **licitante**.

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

EMPRESA:

CNPJ:

NOME DO DECLARANTE:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

DECLARO, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao SEST SENAT, que os **sócios** desta empresa, bem como seus **gerentes** e **diretores** não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Membros ou Empregados (estes últimos quando forem ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento) do SEST SENAT.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

(Local e Data) ….................,......... de …...................... de 2019.

(nome completo)

Assinatura do Representante Legal

**OBS.: Esta Declaração deverá constar do ENVELOPE Nº 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

........................................(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da .....................................................(Identificação completa da licitante), doravante denominado Licitante, para fins do disposto no capítulo X do Edital, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da licitação acima indicada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima indicada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante, potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima indicada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do SEST SENAT antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local e Data) …........................,......... de ….............................. de 2019.

(nome completo)

Assinatura do Representante Legal

**OBS.: Esta Declaração deverá constar do ENVELOPE Nº 01: PROPOSTA DE PREÇO** .

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL**

Declaro, para todos os fins, em nome da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que recebi e-mail do SEST SENAT contendo o Edital da Concorrência nº **02/2019** e todos os Anexos que o integram.

(Local e Data) …........................,......... de ….............................. de 2019.

(nome completo)

Assinatura do Representante Legal

**OBS.: Esta Declaração deverá constar do ENVELOPE Nº 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONFORMIDADE ÀS NORMAS ANTICORRUPÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por meio de seus representantes legais, declara, na melhor forma de direito, ter conhecimento e estar em conformidade com o inteiro teor da Lei nº 12.846/2013 - “Lei anticorrupção” e de Leis correlatas, e de que todos e quaisquer atos praticados por meus sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou subcontratados, e terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, no exercício das atividades, são de responsabilidade da Declarante, não sendo o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, em hipótese alguma, corresponsáveis por tais ações, a qualquer título ou tempo.

Declara ter lido e compreendido o presente Edital, e assume o compromisso de cumpri-lo e respeitá-lo em todas as atividades relacionadas ao seu objeto, zelando por sua plena aplicação, sob pena de responsabilização civil e criminal por eventual descumprimento de suas cláusulas.

Outrossim, declara ter conhecimento do inteiro teor das Leis abaixo, bem como das sanções e penalidades aplicadas, no caso de crimes e atos lesivos contra a Administração Pública, além de outras leis extravagantes e crimes previstos no Código Penal:

1) contra a Fazenda Pública - tributários ou fiscais, entre os quais deve ser incluído o de apropriação indébita das contribuições previdenciárias (Lei 8.137/90);

2) contra as relações de consumo e de trabalho (Lei 8.137/90);

3) contra o meio ambiente (Lei 9.605/98);

4) contra a ordem econômica (Lei 8.984/94);

5) contra o sistema financeiro (Lei 7.492/86);

6) falimentares (Lei 11.101/05);

7) contra a propriedade industrial (Lei 9.279/96);

8) prevenção à “lavagem de dinheiro” ([Lei no 9.613/98](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm));

9) outros previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), notadamente crimes contra a Administração Pública, tais como corrupção ativa, tráfico de influência, exploração de prestígio e os atinentes à Administração Pública entre outros.

Assevera que tem conhecimento de que o SEST SENAT poderá tomar todas as medidas legais pertinentes, de modo que toda e qualquer comunicação recebida por estas instituições referente às condutas ilegais praticadas poderão ser prontamente noticiadas às autoridades competentes, a fim de que sejam aplicadas as sanções cabíveis.

Declara que seus sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou subcontratados, e terceiros envolvidos, direta ou indiretamente, no exercício das atividades da Declarante, não praticaram quaisquer atos de corrupção ou estejam sofrendo qualquer procedimento administrativo ou judicial pela prática de atos de corrupção, quer sob a égide da Lei Anticorrupção, Código Penal e/ou correlatas, mas não se limitando a estas, assim definidas em conjunto como “Leis Anticorrupção”, nos termos deste Anexo.

Em qualquer dúvida, o SEST SENAT deverá ser consultado.

Por serem verdadeiras as declarações supra, assino o presente Instrumento, para que surta os efeitos jurídicos e legais.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome completo do declarante)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nº da CI do declarante)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do declarante)

**Observação**: emitir em papel que identifique a licitante.

Declaração a ser emitida pela licitante.

**ANEXO XI**

**QUESTIONÁRIO DE COMPLIANCE**

Com fundamento no Código de Ética e Conduta e na Política Anticorrupção, o presente “Questionário de *Compliance*” é parte fundamental na forma como o SEST SENAT atua e mantém seus relacionamentos com fornecedores e prestadores de serviços.

O SEST SENAT, em defesa de seus valores e princípios, e primando pelo bom e íntegro relacionamento com o público externo, mantém tanto o Código de Ética e Conduta quanto a Política Anticorrupção, atualizados e públicos e, ao mesmo tempo, de conhecimento obrigatório de todos os seus colaboradores e parceiros.

O objetivo deste questionário é garantir que as relações comerciais mantidas entre o SEST SENAT e seus fornecedores sejam pautadas pela transparência, integridade, honestidade, em conformidade com a legislação brasileira, além dos normativos internos e, principalmente, livres de atos de corrupção.

Obs: O termo “fornecedor” se refere tanto à fornecedor de bens quanto de serviços, e se aplica, de igual modo, às pessoas jurídicas e físicas.

1. **Informações Básicas:**
   1. Nome ou Razão Social do Fornecedor:

|  |
| --- |
|  |

* 1. CNPJ/CPF:

|  |
| --- |
|  |

* 1. Endereço completo do domicílio/ sede:

|  |
| --- |
|  |

* 1. Telefone:

|  |
| --- |
|  |

* 1. E-mail:

|  |
| --- |
|  |

1. **Questões Específicas - Pessoa Física (PF):**
   1. Você atua ou atuou como:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | | Sim | Não |
| * + 1. Representante de governo (em qualquer esfera). | | ( ) | ( ) |
| * + 1. Membro de conselho, comissão ou agência, seja civil ou militar. | | ( ) | ( ) |
| * + 1. Membro de organização, entidade associativa ou empresa que seja propriedade do governo ou sua controlada. | | ( ) | ( ) |
| * + 1. Membro de partido político, independente da função que exerce. | | ( ) | ( ) |
| * + 1. Servidor, colaborador ou membro de órgão do Executivo, Legislativo ou Judiciário, em qualquer esfera, seja eleito ou nomeado. | | ( ) | ( ) |
| * + 1. Candidato a cargo político. | | ( ) | ( ) |
| * + 1. Funcionário ou gestor de organização supranacional, tais como: ONU, Banco Mundial, FMI, OCDE, CAF). | | ( ) | ( ) |
| **Para cada questão marcada como SIM informe**: | | | |
| Cargo ocupado: | Período em que ocupou o cargo: | | |
|  |  | | |
|  |  | | |
|  |  | | |

* 1. É considerada PPE (Pessoa Politicamente Exposta)? Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares (parentesco direto, colateral ou por afinidade, em qualquer caso até o quarto grau) e colaboradores.

( ) Sim ( ) Não

* 1. Em caso positivo, informe os dados do(s) membro(s) da família, de até 1º grau (pais, filhos, irmãos, sogros, enteados, genros e noras), que atua (m) como servidor público:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome | Parentesco | Cargo e função exercida no Governo |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

* 1. Você tem se relacionado nos últimos cinco anos com servidores, políticos ou autoridades públicas? Caso positivo, comente:

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Com relação à prática de atos de corrupção, foi autuado, acusado, condenado ou está sendo processado por qualquer violação? Caso a resposta seja afirmativa, esclareça:

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Possui alguma condenação penal? Caso a resposta seja afirmativa, esclareça, indicando o número do processo judicial e a comarca/tribunal onde se encontra:

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Informe a relação de todos os Estados/Municípios do Brasil onde possua cliente e/ou atenda:

|  |
| --- |
|  |

1. **Questões Específicas - Pessoa Jurídica (PJ):**
   1. Forma de constituição (por exemplo: LTDA.; S.A.; Fundação, Associação ou outra):

|  |
| --- |
|  |

* 1. Informe o local, bem como a data do registro ou constituição da pessoa jurídica:

|  |
| --- |
|  |

* 1. Informe sucintamente as principais áreas em que a pessoa jurídica atua:

|  |
| --- |
|  |

* 1. Enquadra-se como Matriz?

( ) Sim ( ) Não

* 1. Possui filial? Caso a resposta seja SIM indique a(s) localidade(s):

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Possui Código de Ética e Conduta?

( ) Sim ( ) Não

* 1. Possui Política Anticorrupção ou documento similar?

( ) Sim ( ) Não

* 1. A Empresa realiza treinamentos que contemplem práticas comerciais, negociações e relacionamentos com o Poder Público? Caso a resposta seja SIM, informe para qual público o treinamento está voltado (ex: funcionários, gerentes, diretores, membros de conselho).

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Relacione no quadro adiante o nome, cargo, responsabilidade social e percentual de participação dos Diretores e, se houver, dos membros de Conselho da Empresa:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nome | Cargo | Responsabilidade Social | Percentual de participação, quando aplicável |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

* 1. Se possuir funcionário, Diretor, membro de Conselho ou membro da família, de até 4º grau por parentesco direto, colateral ou afinidade (pais, filhos, irmãos, sogros, enteados, genros e noras), que ocupe função no Poder Público, indique no quadro abaixo o nome e a relação mantida:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome | Posição ou relação na Empresa | Função ocupada como servidor público |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

* 1. Algum Sócio, Diretor, Acionista, membro de Conselho e/ou Representante da Empresa consta cadastrado na lista de PPE (Pessoa Politicamente Exposta)? Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores (Vide detalhes na Resolução nº 16, de 28/03/2007 do COAF em www.coaf.fazenda.gov.br).

( ) Sim ( ) Não

* 1. Já foram registradas autuações, acusações e/ou condenações contra a Empresa ou qualquer de seus membros, seja da matriz ou filiais, por violação da Lei Anticorrupção por qualquer ato lesivo contra a Administração Publica Nacional ou Estrangeira, ou da lei penal? Se positivo, esclareça:

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Informe a relação de todas as regiões do Brasil onde possua cliente e/ou atenda:

|  |
| --- |
|  |

* 1. A Empresa contrata serviços de Auditoria Externa? Se positivo, informe o nome e a periodicidade:

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. A Empresa possui um Programa de Compliance?

( ) Sim ( ) Não

|  |
| --- |
|  |

* 1. Ao responder e encaminhar este questionário queira fornecer os seguintes documentos, se houver:
     1. Código de Ética e Conduta.
     2. Política Anticorrupção.

Declaramos como verdadeiras as informações acima prestadas e que não praticamos atos em desconformidade aos dispositivos legais acima mencionados e não oferecendo, recebendo, prometendo, efetuando ou autorizando, direta ou indiretamente, a qualquer colaborador e/ou servidor ou empregado público, nacional ou estrangeiro, vantagem ou favorecimento indevido. Da mesma forma, não influenciamos, indicamos, sugerimos ou induzimos qualquer prática que envolva a violação de sua obrigação legal.

Declaramos que, até o presente momento, não constam violações à Lei Anticorrupção e Lei Penal, cometidas por nossa Empresa e/ou por seus membros, seja Diretor, integrante de Conselho e/ou colaborador.

Comprometemo-nos a cumprir e fazer cumprir, a qualquer tempo, os Normativos, Leis e Regulamentações Anticorrupção e, caso haja o conhecimento de qualquer violação, obrigamo-nosa comunicar imediatamente o SEST SENAT qualquer fato que venha ou possa vir a alterar as declarações apresentadas neste questionário.

Declaramos, ainda que temos conhecimento e compreendemos o Código de Ética e Conduta do SEST SENAT, disponível no endereço eletrônico <http://www.sestsenat.org.br/>  > Institucional   >  Governança   >  Código de Ética e Conduta, estando em perfeita conformidade com todas as suas disposições.

Nome do Responsável pelo preenchimento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Observação**: emitir em papel que identifique a licitante.

Declaração a ser emitida pela licitante.

**OBS: Esta Declaração deverá constar no ENVELOPE Nº 02: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**